

CÂMARA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N.º 22/2014

REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2014

PRESIDENTE DA CÂMARA:

António dos Santos Robalo

VEREADORES:

António José Gonçalves dos Santos Vaz - Vereador do Partido Socialista Maria Delfina Gonçalves Marques Leal – Vice-Presidente da Câmara Felismina Isabel Rito Alves – Vereadora do Partido Socialista Vítor Manuel Dias Proença – Vereador do Partido Social Democrata Pedro José Neves Antunes - Vereador do Partido Socialista Amadeu Paula Neves - Vereador do Partido Social Democrata

HORA DE ABERTURA:

Dez horas

LOCAL: Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

<u>SALDO DO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2014</u> ----> **Op. Orçamental:** 4.315.541,39 €

Op. Não Orçamental: 694.132,87 €

------ ANTES DA ORDEM DO DIA -----Iniciado o período de antes da ordem do dia e ao abrigo do disposto no artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor **Presidente da Câmara**, tomou a palavra para dar conhecimento: -----Do evento "Muralhas com História" que se iria realizar na Freguesia de Sortelha, nos dias 19, 20 e 21 do corrente mês, apesar das condições climatéricas não serem as melhores; -----Da oferta, do Presidente da Junta de Freguesia de Soito, do jantar após a sessão da Assembleia Municipal que se irá realizar na Santa Casa da Misericórdia do Soito, no dia 26-09-2014; ------Do ponto de situação relativamente à CIM – Beiras e Serra da Estrela, nomeadamente que o Plano Estratégico estava delineado mas a Empresa ainda não tinha entregue o Plano Estratégico concluído, o que considera preocupante; -----De seguida, o Presidente da Câmara perguntou se algum vereador pretendia colocar algum assunto no Antes da Ordem do Dia. Foram feitas as seguintes intervenções: ------Senhor vereador António José Vaz que, em representação dos senhores vereadores do Partido Socialista, tomando a palavra disse: -----«Queria deixar registado em ata a posição da Associação Nacional dos Autarcas Socialistas (ANA/PS) sobre a Portaria n.º 82/2014 de 10 de Abril que subscrevemos na íntegra e juntamos, para que a mesma conste como sendo a nossa posição enquanto Vereadores do Partido Socialista: ------Descrevemos alguns aspetos que julgamos oportuno e importante aqui relevar: ------ Consideramos oportuno que esta portaria é mais um ataque ao SNS, um ataque com vista ao Consideramos que o Governo, com este diploma, tem mais uma vez em vista o encerramento de serviço e camas, alguns deles de elevadíssima qualidade assistencial, sem que se perceba a metodologia ou os estudos que suportam tais decisões, mas com o objetivo claro de "empurrar" os doentes para o sector privado e deste modo reduzir ao mínimo o SNS; ------

- Consideramos um enorme erro fazer uma profunda reorganização hospitalar por portaria, sem qualquer tipo de avaliação conhecida, nem estudos prévios de fundamentação das decisões e de avaliação das respetivas consequências; -----
- Uma reforma do SNS deve sempre ser feita ouvindo as Autarquias, que estão sempre disponíveis para juntar esforços e criar sinergias ao serviço das populações que representam e servem; -------
- Reafirmamos a necessidade de manter um SNS para todos os cidadãos melhorando o acesso aos cuidados de saúde, e lutando contra todas as tentativas camufladas de o querer desmantelar». -----

«Posição da Associação Nacional dos Autarcas Socialistas (ANA/PS) sobre a Portaria n.º 82/2014 de 10 de abril

- 1 A ANA/PS considera que num tempo em que predomina a incerteza e a insegurança em largos setores da sociedade é fundamental que as estratégias globais de saúde tenham como prioridade a implementação de políticas que diminuam as desigualdades minimizando as diferenças sociais e regionais. -----
- 2 A ANA/PS considera que a opção por um modelo de SNS é hoje reconhecida como a melhor forma de garantir os valores do acesso, da equidade e da solidariedade. ------
- 3 A ANA/PS manifesta a sua total confiança nos profissionais de saúde, considerando o SNS como um fator de coesão nacional e um avanço civilizacional. -----
- 4 Através de Portaria n.º 82/2014 de 10 de Abril, o Ministério da Saúde veio estabelecer os critérios que permitem categorizar os serviços e estabelecimentos do SNS, de acordo com a natureza das suas responsabilidades e quadro de valências exercidas, o seu posicionamento da rede hospitalar e proceder à sua classificação.
- 5 A ANA/PS considera esta portaria, que no essencial reclassifica os hospitais de acordo com o seu grau de diferenciação, um logro. Reclassificar, sim. Com que base técnica? Com que critérios?
- 6 A ANA/PS considera que a portaria nada tem a ver com a reforma orgânica do SNS, que deve ter em conta a articulação dos cuidados hospitalares, continuados e primários, reforçando os meios para a promoção da saúde e prevenção da doença e centrando as preocupações na

articulação entre as diversas respostas, envolvendo as autarquias. O SNS é um todo que deve ter coerência e não entendemos como se podem tomar medidas avulsas sem ter em conta os cuidados de proximidade e uma verdadeira rede de cuidados. Trata-se tão-somente do equivalente a uma espécie de carta hospitalar.
7 – A ANA/PS considera que esta portaria é mais um ataque ao SNS, é mais um ataque com vista ao desmantelamento do SNS.
8 – A ANA/PS considera que com o governo, com este diploma, tem mais uma vez em vista o encerramento de serviços e camas, alguns deles de elevadíssima qualidade assistencial, sem que se perceba a metodologia ou os estudos que suportam tais decisões, mas com o objetivo claro de "empurrar" os doentes para o sector privado e deste modo reduzir ao mínimo o SNS, levando a alternativas muito dispendiosas e só acessíveis aos doentes de maior capacidade económica
9 – A ANA/PS não entende a forma pouco transparente como uma alteração tão profunda na rede hospitalar foi efetuada. Fazer uma profunda reorganização hospitalar por portaria, sem qualquer tipo de avaliação conhecida, nem estudos prévios de fundamentação das decisões e de avaliação das respetivas consequências são um erro.
Atente-se no seguinte exemplo. De acordo com a portaria agora publicada, o referido CHTS foi incluído no grupo I, grupo destinado a hospitais que sirvam até 500.000 habitantes, o que, do nosso ponto de vista, poderá significar a perda de valências, nomeadamente a maternidade, por sinal a segunda maior do norte do país.
Achamos que uma reforma do SNS deve sempre ser feita ouvindo as Autarquias, que estão sempre disponíveis para juntar esforços e criar sinergias ao serviço das populações que representam e servem.
10 – A ANA/PS afirma a necessidade de se efetuar uma verdadeira reforma hospitalar, e não apenas o encerramento de camas e serviços, de uma forma racional, participada e transparente, sobretudo, no que respeita à gestão, á melhoria na qualidade assistencial e à organização dos cuidados, mantendo uma lógica de cobertura em redes de referenciação



11 – A ANA/PS considera que a introdução contínua de melhorias na organização do SNS são necessárias. Mas não se fazem nem desta maneira nem nestas circunstâncias, criando insegurança nas populações.
E porque não se fazem desta maneira?
A classificação das unidades do SNS num número reduzido de categorias pode ter uma função útil de sistematização
Mas uma realidade tão complexa — na sua organização atual e na sua evolução histórica e cultural — como são os hospitais de um país, não pode ser reduzida repentina e forçadamente a 4 categorias
Essa categorização para ser inteligente, para além de dever ser documentada em ter dos critérios adotados (o que não parecer ser o caso) deve ser interpretada como um modelo de referência, que ajuda tendencialmente à racionalização do SNS e nunca deve ser utilizada como uma camisa-deforça para onde são simplisticamente/grosseiramente comprimidos os hospitais como se vê no infeliz quadro anexo da Portaria.
As incongruências que daqui decorrem são evidentes nas reações dos visados
E porque não se fazem nestas circunstâncias?
Na situação atual, de severos cortes orçamentais e remuneratórios, qualquer mecanismo do tipo oferecido pela portaria tende a ser interpretado naturalmente como tendo uma finalidade de poupança financeira, não a da melhoria dos serviços e muito menos o do melhor acesso das populações aos serviços de saúde.
Esta desconfiança está bem fundamentada na política do governo dos últimos 3 anos
Acresce que durante esses anos o Governo desperdiçou todas as oportunidades para fazer a reforma hospitalar que prometeu, além de degradar a reforma dos cuidados de saúde primários
Agora com o SNS sobre grande pressão, com os serviços enfrentando dificuldades crescentes com recursos humanos e financeiros, com os profissionais desgastados e desconfiados, alterações como



		tas, feitas desta forma, são mais um fator de desequilíbrio e desgaste do que um processo de cionalização			
		s considera que, antes de mais, é preciso suster a destruição do país (incluindo o SNS) e a confiança dos portugueses (incluindo a dos profissionais de saúde)			
	acesso ao	NA/PS reafirma a necessidade de manter um SNS para todos os cidadãos melhorando o os cuidados de saúde, e lutando contra todas as tentativas camufladas de o querer ar.»			
O senhor Presidente da Câmara, quanto ao assunto focado informou que relativamente à Portona altura, tinha havido uma tomada de posição conjunta por parte da CIM — Beiras e Serr Estrela, para que a Guarda, Covilhã e Castelo Branco trabalhassem em complementario prestando serviços de qualidade nesta área;					
	O senhor V	Vereador António José Vaz, colocou, ainda, as seguintes sugestões e questões:			
	Câmar partici _j democr	xima-se a elaboração do orçamento. Proponho, mais uma vez ao senhor Presidente da ra que, à semelhança de outros municípios, concretize a elaboração de um orçamento pativo, que pode ser um orçamento participativo Jovem, num sinal claro de ratização da coisa pública e na procura da envolvência dos jovens nos problemas do ho;			
		o autorização para agendamento de uma reunião com os representantes dos nadores do Município;			
	data. 1	o que seja presente em todas as reuniões de câmara o montante de fundos disponíveis à Peço esclarecimento relativamente à forma de cálculo dos mesmos? Estão a ser ados através do programa AIRC?			
	4. Progra	nna Nacional de Desporto para todos "Mexa-se"			
		de-se aumentar os níveis de prática de atividade física e desportiva regular é um mento de elevado retorno em:			
	-Qualio	dade de vida;			

- Produtividade;
Redução dos custos em cuidados de saúde
É neste enquadramento que o Instituto Português do Desporto e Juventude promove, através de Programa Mexa-se, a prática regular de atividade física e generalização do desporto para todos, em particular cooperação com o movimento associativo e autarquias locais, bem como outras estruturas da Administração Central.
Há iniciativas e projetos em execução? Seria importante elaborar e apresentar um Programa impulsionador da prática desportiva.
Há bons exemplos a nível do país, como por exemplo o Município da Maia
O senhor Presidente da Câmara respondeu da seguinte forma, às questões colocadas:
a) Quanto ao programa Mexa-se tinha sido feita uma experiência há alguns anos, mas poderia equacionar-se novamente a sua integração em conjunto com as atividades a esse nível que estão implementadas no Concelho
b) No que ao agendamento de reunião com os representantes dos trabalhadores dizia respeito respondeu que não via qualquer inconveniente, uma vez que os mesmos exerciam essa atividade com total independência;
c) Quanto ao cálculo dos fundos disponíveis informou estarem a ser efetuados através da AIRC - Associação Informática da Região Centro
Senhor Vereador Pedro Antunes , em nome dos senhores Vereadores do Partido Socialista, tomando a palavra começou por dar os parabéns ao Sistema Nacional de Saúde pelos 35 anos de Sucesso, tendo dito:
"O Serviço Nacional de Saúde esta semana está de parabéns. Completou no passado dia 15 de Setembro, 35 anos de existência pela lei n.º 56/79 que o criou. Surgiu assim um instrumento que com a passar do tempo foi crescendo, amadurecendo e dando frutos, constituindo hoje um dos ícones de uma

democracia moderna, progressista mas responsável e consciente. -----

No entanto não há sistemas perfeitos, estes sucessos do passado com eco no presente parecem ser minimizados e francamente desconsiderados. Ninguém põe em causa a necessidade de medidas dificeis decorrentes das obrigações assumidas e dos compromissos internacionais. Mas cabe-nos a nós optar pelas escolhas com menor dano associado possível e sobretudo que reduzam as desigualdades que se agudizam em momento de crise.

O momento é exigente e requer uma coragem reformista como aconteceu em 1979 que racionalize a oferta assistencial e não a racione como alguns pretendem. -----

De seguida: ----

 Perguntou se tinha havido colaboração da Câmara Municipal do Sabugal de levar os processos do Tribunal para a Guarda? Em resposta o senhor Presidente da Câmara disse que do Sabugal para a

- 3. No mês de agosto houve um surto epidémico na Freguesia de Malcata, no qual foi necessária a intervenção da Unidade Local de saúde da guarda e gostaria de saber se a Câmara tinha sido



	otificada do problema existente. O senhor Presidente da Câmara disse não ter tido conhecimento o problema focado.
Não	havendo mais inscrições, o Presidente da Câmara passou à Ordem do Dia
	ORDEM DO DIA
	Divisão de Gestão Administrativa e Financeira
1.1	A ata da Reunião de Câmara, realizada no dia 05/09/2014, foi aprovada, por maioria, com a abstenção dos senhores Vereadores Vítor Proença do PSD, Pedro Antunes do PS e Amadeu Neves do PSD, por não terem estado presentes na reunião supracitada;
1.2	A Câmara tomou conhecimento da Reconciliação Bancária referente ao mês de agosto de 2014;
1.3	Face à informação registada sob o n.º 1820, datada de 09/09/2014, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a alteração do nome das benfeitorias contabilizadas (180,00 €), no âmbito do Projeto de "Requalificação das Margens do Rio Côa entre a Ponte Açude e a Praia Fluvial", de Bárbara Barbosa dos Prazeres para Bárbara dos Prazeres e Outros, nos termos e com os fundamentos constantes da informação;
1.4	A Câmara tomou conhecimento da Relação da Prestação de Serviços dos meses de julho e agosto , no âmbito do parecer genérico até 5.000,00 €, emitido em reunião de Câmara realizada no dia 23/10/2013
0000	II
	Divisão de Planeamento, Urbanismo e Ordenamento do Território



DESPACHOS -----

NOME	Local da Obra	Data do despacho	Natureza da obra
João Paulo Alves	Estrada Regional 324 – 14 – Peroficós		Deferido o pedido de aprovação condicionada do projeto de arquitetura, nas condições da informação da DPUOT
Ismael Gonçalves	Rua do frei Miguel nº 12 - Cerdeira	09.09.2014	Deferida a aprovação do pedido da informação prévia, nas condições da informação da DPUOT.
Fernando Moiteiro da Fonseca	Rua do Ribeirinho - Sabugal	09.09.2014	Deferido a aprovação do projeto de arquitetura de alteração e ampliação de edifício destinado a habitação comércio e serviços, nas condições da informação da DPUOT.
Liga dos Amigos de Santo Estevão	Rua Direita – Santo Estevão	10.09.2014	Deferido o pedido de aprovação condicionada do projeto de arquitetura, nas condições da informação da DPUOT
Maria Rosa Rito Gonçalves dos Santos	Rua das Passadeiras nº 113 - Soito	11.09.2014	Deferido o pedido de aprovação do projeto de arquitetura, nas condições da informação da DPUOT

<u>CERTIDÃO DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE</u> -----

2.3	Face à informação n.º 103/2014/IA, prestada pelo Serviço de Fiscalização, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de emissão de certidão de constituição de compropriedade, do prédio rústico inscrito na matriz com o artigo n.º 5506, localizado em Vale, União das Freguesias de Pousafoles do Bispo, Penalobo e Lomba, requerido por Paula Barros, na qualidade de Solicitadora, nos termos e com os fundamentos constantes da informação
	III
	Divisão de Obras e Serviços Municipais
3.1	Face à informação n.º 064/2014/M, datada de 03/09/2014, prestada pelo Serviço de Apoio às Juntas de Freguesia, a Câmara deliberou, por unanimidade, receber definitivamente a empreitada "Caminho Rural entre Cardeal e Pouca Farinha", nos termos e com os fundamentos constantes da informação.
	IV
	DIVERSOS
4.1	Distinções Honoríficas
	a) A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, com Declaração de Voto, conceder a Medalha de Bons Serviços e Dedicação ao Município do Sabugal aos seguintes trabalhadores do Município do Sabugal:
	* <u>15 Anos</u>
	Estela Ascenção Alves Fogeiro;
	Fernando António Dias Pereira;
	José Carlos Soares Nabais;
	Miguel Joaquim Antunes Martins;
	Paula Alexandra Peres Veloso Nabais;
	Paulo Jorge Lourenço Nunes; Y'A March Numerican State
	Vítor Manuel Mendes Nogueira

Pelos senhores vereadores do Partido Socialista (senhor Vereador António José Vaz, senhor
Vereadora Felismina Rito e senhor Vereador Pedro Antunes) foi feita a seguinte declaração d
voto: "O nosso voto é de abstenção, em coerência com a proposta feita sobre o Regulamento r
362/2011 de 30/05/2011 - Distinções honoríficas, nomeadamente na promoção da dignificaçã
pública dos trabalhadores e respetivo reconhecimento"
b) Foi ainda deliberado, através de escrutínio secreto, por unanimidade, atribuir um Voto d
Louvor aos seguintes funcionários do Município do Sabugal já aposentados:
Otília Martins Meleira Ramos, por unanimidade;
José Ramos, por unanimidade;
João Manuel Martins Franco, por unanimidade
c) Face às informações registadas sob o n.º 1891 e 1896, datadas de 18-09-2014, prestadas pel
Serviço de Estratégia e Desenvolvimento, a Câmara deliberou, através de escrutínio secreto
por unanimidade:
Aprovar a atribuição da:
4 Medalha de Mérito Social a:
• Reverendo Padre António Teixeira Almeida Souta, por unanimidade;
Manuel Gouveia, por unanimidade
Maria Máxima Vaz, por unanimidade
Não aprovar a atribuição da Medalha de Mérito Social a:
 Adérito Tavares, por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra;

Mais foi deliberado, por unanimidade, <u>submeter o assunto à Assembleia Municipal</u>, em conformidade com o disposto no artigo 8º do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município do Sabugal. ------

d) A senhora Vereadora Felismina Rito do Partido Socialista propôs que um dos setores que se deveria destacar nas distinções pelo seu contributo na criação e manutenção de empregos, na fixação de gente no concelho e na geração de riqueza seria o setor económico. O reconhecimento a empresas deveria ser manifestado publicamente, para que os empresários se sintam apoiados e acarinhados e para dar a conhecer que também temos empresas fortes e sustentáveis, indicando a Distrisabugal (PME Excelência em 2013) que cumpriu rigorosos critérios para ser nomeada PME Excelência, sendo por isso um exemplo/incentivo para outras empresas do concelho, um orgulho para todos os Sabugalenses e uma mais-valia para o concelho pelo volume de negócios gerado e pelo número de trabalhadores que dispõe. O senhor Presidente da Câmara aceitou a proposta e colocou a votação, tendo a Câmara deliberado, por maioria e por escrutínio secreto, reprovar a atribuição de Medalha de Mérito Empreendedor, com 4 votos contra, 3 votos a favor, nenhum voto branco e nenhum voto nulo, e pelo número de trabalhadores que dispõe. Pelo senhor Presidente da Câmara foi aceite e colocada a votação a proposta apresentada, tendo a Câmara deliberado, por maioria e por escrutínio secreto, reprovar a atribuição de Medalha de Mérito Empreendedor, com 4 votos contra, 3 votos a favor, nenhum voto branco e nenhum voto nulo. ------

Câmara declarou encerrada a reunião da qual, para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações foram aprovadas em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada, por mim, Toobel Gonçalves, Isabel Gonçalves, Assistente Técnica, que a lavrei e pelo Senhor **Presidente da Câmara**, conforme disposto no n.º 1 do art.º 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

- Eng.º António dos Santos Robalo -